

O Cluster da Cooperação Portuguesa da Ilha de Moçambique

Pág.2



Teatro em Portugal
Nova base temática no Centro Virtual Camões

Pág.3

Cinema português na Suíça

Pág.3

Quarteto Lopes-Graça no Ano de Portugal no Brasil

Pág.3

Cooperação
Constrangimentos financeiros são desafios à Europa

Pág.3

França
Prémio cinematográfico Camões atribuído pela primeira vez

Pág.3

Cluster da Cooperação Portuguesa da Ilha de Moçambique Prioridade à formação

■ A formação técnico-profissional – a ‘capacitação’, no jargão dos especialistas da Ajuda ao Desenvolvimento – será o foco, em 2013, da intervenção do Cluster da Cooperação Portuguesa da Ilha de Moçambique, «um dos eixos prioritários» do Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Moçambique 2011 – 2014 (PIC).

Acordado entre os dois países, o PIC aponta como objetivo o «desenvolvimento sustentado da Ilha de Moçambique e da zona costeira adjacente, valorizando o seu património histórico e cultural» e «promovendo atividades geradoras de rendimento e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes», decorrentes do Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique – PDIIM (v. caixa).

«É muito importante que a formação profissional, com o apoio do IIEFP [Instituto do Emprego e Formação Profissional, de Portugal] e em articulação com o INEFP [Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional, de Moçambique], em Nampula, tenha um peso preponderante, numa região de Património Material e Imaterial da Humanidade, onde a atenção ao edificado – pedra, cal e macúti [folhas de coqueiro ligadas, para cobertura das casas] – têm de ser permanentes, a fim de garantir a manutenção desse estatuto», explica Pedro Fraga, o coordenador do Cluster, que desempenhou anteriormente funções de coordenação do projeto de cooperação do IIEFP em Timor-Leste.

A Ilha de Moçambique, onde os portugueses se instalaram em 1507, foi inscrita em 1991 na lista do Património Mundial da UNESCO, mas devido à exposição aos fenómenos da natureza e à excessiva pressão demográfica, o seu património, do qual se destaca a fortaleza de S. Sebastião, foi-se degradando progressivamente.

Na sequência de um pedido do Governo de Moçambique à UNESCO, que elaborou o projeto, a Cooperação Portuguesa contribuiu com 350 mil USD, no âmbito de um pacote financeiro em que participaram outras entidades, a 1ª fase da reabilitação da fortaleza, iniciada em 2005, de forma a prevenir a deterioração da sua estrutura e a equipá-la com os serviços mínimos, lembra Pedro Fraga, que se encontra em Moçambique, a

residir na Ilha, desde setembro de 2011.

EIXO DE DESENVOLVIMENTO

Agora, trata-se de criar condições para estender a reabilitação ao restante património edificado daquela que foi a primeira capital de Moçambique, até 1898, com intervenções que se enquadram em setores que a Cooperação Portuguesa «conhece e sabe fazer bem: formação e educação, cultura com laços comuns, ação social e fomento de economia de base», explica Pedro Fraga, que se encontra coadjuvado por um agente de cooperação, Licínia Ferreira, e que coordena localmente recursos técnicos especializados e missões especializadas vindas de Portugal.

O responsável sublinha ainda o significado da delimitação geográfica da área de intervenção, localizada «junto de um dos eixos de maior desenvolvimento económico no norte de Moçambique, o Corredor de Nacala», o que confere ao Cluster, que tem um orçamento de 2,47 milhões de euros para o período de 2011 – 2014, «uma dimensão à medida das circunstâncias atuais, a par de uma oportunidade que se conjuga com uma responsabilidade cultural e histórica».

Olhando para os projetos em que o Cluster está já envolvido ou que arrancam em 2013, deteta-se, na sua diversidade, a orientação expressa no PDIIM de procurar a «capacitação dos atores locais e regionais, instituições públicas e privadas, indivíduos e comunidades», por



Ação de formação profissional

forma a, como se escreve no PIC, «contribuir para o desenvolvimento sustentável e harmonioso da Ilha de Moçambique e da região continental envolvente (humano e económico, patrimonial e ambiental)».

Quatro são as linhas principais da intervenção do Cluster, em parceria com outras entidades, moçambicanas ou não, que se traduzem em apoios de diversa índole – técnica, material e financeira – ao GACIM (Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique) / CMCIM (Conselho Municipal da Cidade da Ilha de Moçambique), à Escola Profissional da Ilha de Moçambique (EPIM), à APETUR (Associação de Pequenos Empresários de Hotelaria e Turismo) e à AAIM (Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique), esta última, na aparência, para ações de natureza mais abrangente através do ‘Projeto Escolinhas’, dirigido a crianças em idade pré-escolar.

Como é que se cruzam estas linhas? O apoio à capacitação institucional do GACIM e do Conselho

Municipal permite a estas entidades enquadrar e dirigir os processos de reabilitação urbana e patrimonial; o foco na Escola Profissional irá formar os trabalhadores e técnicos que concretizarão essa reabilitação; a cooperação com a APETUR, no âmbito do projeto ‘Rede de Casas da Ilha’, dota esta associação de capacidade para melhorar e alargar a oferta de camas ao turismo, em casas que são simultaneamente património, que é uma das atividades que possibilita tornar sustentável o desenvolvimento da ilha.

APOIOS À GESTÃO URBANA

«É fundamental a capacitação e o reforço da oferta formativa da EPIM», antiga escola de artes e ofícios, «em particular no que se refere à formação na área da construção civil», afirma Pedro Fraga, que enuncia para 2013 três vertentes dos apoios nesta área: Provas de Aptidão Profissional (PAP) de construção civil, estágios profissionais e a criação uma Unidade de Integração e

Prestação de Serviços (UIPS).

Tanto as PAP como os estágios profissionais «serão desenvolvidos no âmbito da reabilitação e conservação do património identificado, com parecer positivo do GACIM e/ou em ações previstas no âmbito do Cluster», refere o coordenador do Cluster. Já a criação da UIPS destina-se a «enquadrar as atividades produtivas das PAP e dos estágios», suprimindo «a inexistência de tecido empresarial que as possa enquadrar», e ainda a acolher as produções dos ex-alunos.

Segundo Pedro Fraga, «estão já desenhadas para a formação as vertentes de técnicas tradicionais de construção e ainda noções básicas de canalização e eletricidade, no sentido de promover a polivalência dos formandos em serviços de reabilitação e principalmente de conservação e de manutenção». Esta formação, diz, foi preparada durante uma missão do IIEFP/CENFIC (Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul de Portugal), em novembro de 2012, e vai implicar a existência de um estaleiro, administrado por várias entidades moçambicanas.

No topo desta agenda de capacitação, na reabilitação patrimonial e urbanística, está um protocolo específico, a aguardar a assinatura, do Cluster com o GACIM e o CMCIM – preparado na sequência de uma missão especializada da DG do Património Cultural de Portugal e de visitas da UCCLA e do Presidente da Câmara de Lisboa, António Costa –, que prevê apoios ao setor do cadastro, ao planeamento do continente envolvente, à base de dados do património histórico, à elaboração de uma carta de emergência, à monitorização de ruínas, aos pareceres a projetos de intervenção no património edificado, à divulgação e turismo e à elaboração de uma carta de princípios de intervenção do património edificado. ■



Projecto Escolinhas

O PDIIM

A Cooperação Portuguesa financiou através do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique (PDIIM), trabalho que foi adjudicado à empresa portuguesa CESO. O PDIIM identifica e prioriza as áreas de intervenção para o desenvolvimento integrado da região e, apesar de ainda não ter sido aprovado pelo Governo moçambicano, tem servido de instrumento de referência para a estruturação de intervenções na região, incluindo o Cluster da Cooperação Portuguesa.

'Teatro em Portugal' a nova base temática no Centro Virtual Camões

■ Há algum tempo anunciada, a base temática sobre 'Teatro em Portugal' está já disponível no Centro Virtual Camões (CVC - <http://cvc.instituto-camoes.pt/>), onde se vem juntar a «um conjunto de materiais de referência que permitem ao utilizador, de forma simples e intuitiva, aceder a informação» sobre língua, literatura, ciência, história e cultura portuguesas, contida em 11 outras bases.

A nova base temática, ainda em desenvolvimento, mas que já pode ser consultada, é da responsabilidade de uma equipa do Centro de Estudos Teatrais (CET) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dirigida pela professora universitária e crítica teatral Maria Helena Seródio.

Na aparente modestia dos seus números – meia centena de verbetes – a base temática sobre o teatro em Portugal tem por detrás o trabalho «exaustivo», como o classifica Maria Helena Seródio, representado pela CETbase. Trata-se de uma base de dados – resultante de um projeto lançado nos anos 90, no contexto de uma pós-graduação em estudos do teatro – em que estão armazenados e consultáveis em linha dezenas de milhares de informações sobre o teatro em Portugal desde o século XIX (embora se esteja já a entrar pelo séc. XVIII) respeitantes a seis tópicos – espetáculos, pessoas, instituições, espaços, textos e eventos e ainda um *thesaurus*. Estão referenciados 23.280



mil espetáculos, 44.500 pessoas, 14.963 textos, 11.284 instituições, 3.198 espaços, 1.656 eventos e 3.934 funções/designações.

A «coroa de glória» da CETbase é, afirma Maria Helena Seródio, o espetáculo, porque, segundo ela, é a partir do espetáculo que os investigadores do CET fazem a história do teatro em Portugal. «Aqui o que visamos enquanto estudos de teatro é deslocar o que tem sido o paradigma da história do teatro em Portugal, que tem sido fundamentalmente a propósito de escritores (...), para os espetáculos». A história do teatro que o CET está a escrever «tem a ver com atores, encenadores, companhias de teatro e com locais onde se apresentavam os espetáculos». «Estamos a tentar reorientar aquilo que deve ser a

nossa atenção nos estudos de teatro», acrescenta.

Exemplificando com a categoria 'espaços', Maria Helena Seródio explica: «fazemos a história dos teatros, não apenas aquilo que pode ser a sua construção, datas, arquitetos, etc., mas também a história da sua administração, o tipo de repertório que utilizaram, o tipo de companhia que albergavam». «Depois temos as entradas sobre as pessoas: os atores, os escritores ou os cenógrafos, etc. E depois ainda também temos efetivamente os espetáculos».

A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS

A «fonte privilegiada» e primeira desta informação são «os programas das próprias companhias, programas estes que, em vez de serem adequados a uma linguagem única, fazemos por registar a exata palavra utilizada». Este rigor terminológico e linguístico, no dizer de Maria Helena Seródio, permite «a quem estiver a fazer dicionários ou enciclopédias sobre Portugal ou o português, tentar perceber quando pela primeira vez foi empregue a palavra 'multimédia' num espetáculo de teatro ou quando é que se falou de encenação, de cenografia ou de cenários», corrigindo assim algumas noções sobre o que tem sido feito no campo do teatro.

Na CETbase, quando se fala de instituições, fala-se sobretudo das companhias, tanto as profissionais como as amadoras. Mas por instituições também se entende outras entidades, vocacionadas ou não para a cultura, que investiram os seus dinheiros em espetáculos e companhias, sejam elas a CP ou a Fundação Calouste Gulbenkian, esta última aliás, alvo de uma investigação para o período de 1956 a 2000, sabendo-se «a quantidade exata que foi dada para este espetáculo ou para aquele festi-

val». O mesmo já não se pode dizer dos financiamentos da Secretaria de Estado/Ministério da Cultura, cujos registos rigorosos os investigadores do CET não têm podido consultar, não possibilitando conhecer-se «o efetivo empenhamento dos poderes públicos no teatro».

A base acolhe também entre a categoria 'textos' as críticas teatrais, com a indicação do nome do autor, do título da crítica, do jornal e do dia, e mais recentemente com as digitalizações das próprias críticas, a que os utilizadores podem ter acesso.

Enquanto instrumento de trabalho, o principal interesse da CETbase é a possibilidade de cruzamento e remissão da informação, através do sistema de hipertexto (*links*). A partir de um espetáculo já registado, é possível perceber que um determinado ator participou noutros espetáculos com um certo encenador, ou que este cenógrafo trabalhou com outros encenadores. É assim possível estudar a circulação de atores e encenadores entre as companhias, como também é possível estudar as políticas de repertório.

AS MESMAS CATEGORIAS

O modelo de organização da CETbase foi também seguido em boa medida na base temática de teatro presente no CVC, segundo a docente universitária. Nesta, os verbetes, que estão agrupados pelas mesmas categorias da CETbase, menos as duas últimas, «configuram aquilo que pode vir a ser, ainda que virtualmente, uma espécie de enciclopédia de teatro» em Portugal, considera Maria Helena Seródio. No entanto, sublinha a também Presidente da Associação dos Críticos Teatrais Portugueses, a base de dados e a base temática são projetos diferentes, embora o Camões, IP, também apoie o primeiro com a concessão de uma bolsa de estudos a

um investigador/a do CET.

A base temática, adianta a professora universitária, exige aos investigadores do CET «uma certa forma de escrever, que seja simultaneamente muito rigorosa naquilo que diz respeito à linguagem usada nos estudos de teatro, mas ao mesmo tempo também que se dê a perceber por aquilo que é o público mais geral que consulta o sítio do Camões».

Representando «um esforço suplementar muitíssimo grande, porque vai muito além daquilo que é a investigação estrita para introdução de dados», a elaboração da base temática exige também «investigações suplementares» e investimento na escrita e no relacionamento «dentro de cada verbete, com as coisas com as quais aquilo se pode relacionar». «Enquanto na CETbase temos os espetáculos, as pessoas, etc., no verbete vêm confluír todas as categorias e, por exemplo, relativamente a escritores, exige-nos uma descrição pormenorizada de datas da escrita das peças, datas de publicações, tipos de publicações, quer em separado quer em obras completas», explica Maria Helena Seródio, que fala mesmo num «certo traço de loucura» dos investigadores do CET para, «a propósito de uma só bolsa de estudo, estarmos a trabalhar a este nível, com esta exigência e, enfim, com este apuro».

Mas a base temática não bebe apenas na CETbase. Na escolha dos verbetes a incluir contam também as teses académicas que vão sendo feitas, indica Maria Helena Seródio, que exemplifica com uma recente tese sobre António Pinheiro, encenador e ator, que esteve no Teatro Nacional D. Maria II e que foi professor no Conservatório. «Se é verdade que aquela tese se serviu de algumas coisas que aqui estão [na CETbase], deu-nos muitíssimo material também», diz. ■

Cinema português na Suíça

■ «O cinema é, de certa maneira, um grito no deserto. Há os que o ouvem, outros não o escutam. Muitas vezes, na selva nasce uma flor magnífica... aí vive o seu tempo e a sua morte... e ninguém a viu. É o suficiente. O facto de ter resistido é o suficiente». A frase atribuída a Manoel de Oliveira (e traduzida livremente do francês) surge no texto da crítica e programadora Ana Miranda inserido no programa da retrospectiva de cinema português que vai estar em Lausana, na Suíça.

A frase de Oliveira pretende evocar a condição do cinema português desde que, depois de décadas de adormecimento «em imagens de tons rosa, moralistas, nacionalistas e folclóricas», «mudou irreversivelmente de rumo» nos anos 60 com o 'Cinema Novo' e a revolução de 1974. «Um cinema de autor, que proclama

a rutura como estética, ganha forma e ilumina as gerações que se seguem: *Acto da Primavera* de [Manoel de] Oliveira (cujo instinto visionário é dissonante desde o mudo), *Os Verdes Anos* de [Paulo] Rocha e *Belarmino* de [Fernando] Lopes consagram a modernidade pela liberdade transgressora do seu olhar».

É sobre este cinema de 'rutura e resistência' que a Cinemateca Suíça (CS), em Lausana, nas margens do Lago Léman, apresenta a retrospectiva, desde o advento do 'Cinema Novo' até aos nossos dias, faz a antestreia local de *A Última vez que vi Macau* (2012), de João Pedro Rodrigues e João Rui Guerra da Mata, e apresenta um pequeno ciclo dedicado ao realizador luso-suíço Basil da Cunha.

Os organizadores da retrospectiva, que decorre de

22 de janeiro a 28 de fevereiro e é apoiada, entre outros, pelo Camões, IP, explicam que «há uma ligação especial entre o cinema português e a Suíça». Em 1964, *Os Verdes Anos*, o filme de Paulo Rocha que atestou o nascimento do 'Cinema Novo' português, ganhou um prémio no festival de Locarno, enquanto a mesma CS homenageava já Manoel de Oliveira, ou seja, dava a conhecer dois realizadores «descobertos» pela crítica internacional somente após a Revolução dos Cravos, na segunda metade da década de 1970», escreve Chicca Bergonzi, diretora-adjunta da CS.

Esta relação com o público helvético, que se estendeu às novas gerações de cineastas portugueses, foi alimentada pelo Festival Locarno, acrescenta Chicca Bergonzi, que recorda também o primeiro Prémio Raimondo Rezzonico, concedido em 2002 a Paulo Branco, distribuidor e produtor do cinema português e europeu dos «mais corajosos e visionários», «graças ao qual a



A Última vez que vi Macau de João Pedro Rodrigues e João Rui Guerra da Mata

'escola portuguesa' pôde finalmente encontrar na Europa a atenção e apoio que merece».

Agora, pela iniciativa da CS, «são Oliveira, António Reis e Margarida Cordeiro, João Botelho, José Álvaro Morais, Pedro Costa, Edgar Pêra, Jeanne Waltz, Miguel Gomes, João

Pedro Rodrigues e João Rui Guerra da Mata ou ainda Basil da Cunha que passarão pelo lado suíço do Grande Lago», retomando a ligação a uma cinematografia que, afirma a diretora-adjunta da CS, «resiste apesar da adversidade e continua a surpreender-nos». ■

OCDE: Moçambique e Cabo Verde principais recetores da APD de Portugal em 2011

Moçambique e Cabo Verde destacam-se no topo da lista de países recetores da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) de Portugal, segundo os dados relativos a 2011 divulgados em dezembro pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE).

De acordo com os números finais sobre a APD dos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, os dois países receberam de Portugal, respetivamente, 170 e 179 milhões de dólares, em 2011, num total de 708 milhões de dólares (509 milhões de euros) de APD líquida.

De 2010 para 2011, a APD de Portugal cresceu 59 milhões de dólares (9%), tendo passado de 0,29 para 0,31 por cento do Rendimento Nacional Bruto, contrariando o movimento registado pelos principais doadores, os quais viram a ajuda aos países em desenvolvimento cair cerca de 3% em 2011, «rompendo uma longa tendência de aumentos anuais».

Sem ter em conta anos excecionais de alívio da dívida dos países em desenvolvimento, «esta foi a primeira queda desde 1997», segundo o CAD da OCDE, que indica estarem os níveis de ajuda pressionados nos próximos anos pelos «orçamentos apertados» dos países da organização.

Os restantes países, na lista dos dez que mais receberam, apresentam valores individuais que não chegam à casa da centena de milhões de dólares. Timor-Leste, que aparece logo depois de Moçambique e Cabo Verde, recebeu 31 milhões de dólares em APD portuguesa. São Tomé e Príncipe (27 milhões de dólares), Angola (18), Guiné-Bissau (15), Brasil (8), Afeganistão, Sérvia (6 cada país) e China (3) completam esta tabela.

A média de 2010 e 2011 da APD bilateral, por regiões, revela que foi para a África ao Sul do Saara que a maior parte da APD de Portugal convergiu: cerca de 385 milhões de dólares. A região designada 'Outra Ásia e Oceânia' (que se distingue da região da Ásia Central e do Sul) foi a segunda maior recetora nesta categoria, com um saldo de 34 milhões de dólares. A Europa recebeu 26 milhões de dólares.

Nos números agora disponibilizados é ainda possível analisar a distribuição por setores, como o da educação, o da saúde, ou o da ajuda humanitária, e a distribuição por grupo de rendimentos, dos países menos desenvolvidos aos países com rendimentos médio-altos. JL

França Prémio cinematográfico Camões atribuído pela primeira vez



'*Iluminados*', do brasileiro Daniel Alemar, ganhou o Prémio Camões da Melhor Curta-Metragem Lusófona de 2012, pela primeira vez atribuído pelo Fest'afilm, o festival internacional de cinema lusófono e francófono, organizado em Montpellier, França, que já vai na sua 5ª edição.

O festival, que decorreu este ano entre de 29 de novembro a 2 de dezembro, atribuiu ainda o Prémio Amadis da Melhor Montagem à película *Alfama* do português João Viana.

O júri, constituído pelo português António Costa Valente, diretor do festival de Avanca, em Portugal, pelos franceses Romain Cauchois (realizador), Julien Darve (jornalista e crítico de cinema) e Cédric De Wavrechin (professor de montagem, infografia e *motion design*), entregou também o Amadis da Melhor Fotografia a uma outra produção lusófona, *Não deixe Joana Só*, da brasileira de Cecília Engels.

Iluminados data de 2010 e conta a história de um casal que se reencontra, quando um apagão quebra a rotina de mais um anoitecer à frente da televisão. Com direção de Daniel de Alemar e produção da Filmes de Abril, o guião foi elaborado a partir de um conto homónimo de João Anzanello Carrascoza, premiado autor de contos, romances e novelas, de nacionalidade brasileira.

O Festival Internacional de Cinema Lusófono e Francófono de Montpellier foi criado em 2008 pela Associação Cultural Lusófona de Montpellier, Casa Amadis, por iniciativa de Ferdinand Fortes, diretor e fundador do Fest'afilm. JL

Ano de Portugal no Brasil Quarteto Lopes-Graça leva música erudita



O Ano de Portugal no Brasil tem muita música. De diversas sonoridades e obediências. E ao Quarteto Lopes-Graça (QL-G), que vai estar em digressão pelo Brasil este mês, coube 'representar' quase em exclusivo a música erudita portuguesa numa programação - até julho de 2013 -, que pretende «atualizar as imagens recíprocas» nos dois países.

O QL-G, que se apresenta a si próprio como «constituído por músicos com notáveis carreiras solísticas e camerísticas, professores da Escola de Música do Conservatório Nacional (Lisboa)», dá dois concertos a 11 e a 16 de janeiro em Curitiba, no âmbito da Oficina da Música, que se realiza nesta cidade do sudeste brasileiro, e ainda em Sorocaba (Estado de São

Paulo), a 20, e em Brasília, no Teatro Oi, a 22.

O convite para participar na Oficina da Música de Curitiba - «o maior festival de música de toda a América Latina», na sua 31ª Edição - partiu do maestro português Osvaldo Ferreira, que é diretor musical do evento, onde o QL-G orientará diariamente uma *masterclass* e onde no concerto de dia 16 tocará com a pianista russa, Olga Kiun, e o oboísta-solista da *Stadt Opera* de Berlim, Fabian Schaefer.

A escolha de um dos mais proeminentes agrupamentos de câmara portugueses da atualidade indica a intenção de privilegiar a apresentação de obras de compositores portugueses, que é uma das marcas do Quarteto Lopes-Graça, vencedor do prémio Autores/

Cooperação Constrangimentos financeiros são desafio à Europa

Os constrangimentos financeiros que a Europa atravessa representam um desafio, mas não deverão poder pôr em causa «o seu papel de primeiro doador global», nem «o cumprimento de compromissos assumidos internacionalmente em termos de ajuda pública ao desenvolvimento».

Este foi um dos desafios lançados a 13 de dezembro de 2012 na conferência sobre as relações Europa-África, que decorreu em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, por Francisco Almeida Leite, vogal do Conselho Diretivo do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), que falava também na qualidade de representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros

na sessão de abertura da conferência *A Parceria África-Europa em Construção: que Futuro?*

Nesse contexto, abordou a questão da possível reação dos países africanos à estagnação da economia europeia, considerando que é mais um dos muitos desafios que se colocam a esta parceria, que «encerra um potencial enorme, incluindo ao nível da prossecução de assuntos de interesse comum, que deverá ser devidamente aproveitado».

Para responder a esta situação, o vogal do CICL defendeu a necessidade de serem «dinamizados e fortalecidos mecanismos complementares de ajuda e financiamento» a África. Para isso, propôs o «reforço do papel de outros atores, como as organizações da sociedade civil e do setor privado». Medidas que não devem, contudo, «pôr em causa o principal objetivo que tem regido a ajuda pública ao desenvolvimento: a luta contra a pobreza» - acrescentou.

Em tom de conclusão, Francisco Almeida Leite defendeu que a União Europeia tem responsabilidade na «promoção de consensos» com

RTP 2010, na categoria melhor trabalho de música erudita, com o CD - *Música portuguesa para um quarteto*.

Para além da divulgação, o Quarteto tem tido um papel de renovação da música erudita portuguesa, «por via de sucessivas encomendas a criadores contemporâneos».

Estas opções justificam-se, em primeiro lugar, pela «relativa abundância de criações para quarteto de cordas de nível internacional oriundas de compositores como Santos Pinto, Viana da Mota, Cláudio Carneiro, Luís de Freitas Branco, Frederico de Freitas, Joly Braga Santos, Fernando Lopes-Graça, ou outras, mais recentes, de António Victorino d'Almeida, João Nascimento, Amílcar Vasques Dias (obras dedicadas ao Quarteto), Luís Tinoco».

Outra razão, segundo se escreve numa nota de imprensa anunciando o concerto de Brasília, reside no facto de, «no mundo contemporâneo, a marca identitária de um povo se define, antes de mais, pelas suas valências culturais, que prevalecem sobre as geográficas e económicas, potenciando o seu desenvolvimento e diferenciação».

O repertório a apresentar no Brasil pelo Quarteto Lopes-Graça será constituído por obras de compositores portugueses dos séculos XX e de grandes mestres internacionais do género quartetista.

Antes de cada concerto serão promovidos pequenos 'Encontros de Culturas' com o público, para debater as «tendências da criação musical nos dois países com particular enfoque no cruzamento de géneros e interdisciplinaridade, linhas de fundo de um mundo que, também na arte, se globalizou». JL

os seus parceiros estratégicos no processo de definição do quadro para o desenvolvimento pós-2015, que se quer «tão inclusivo e consensual quanto possível».

A conferência que decorreu em Lisboa tinha como ponto de partida a Cimeira UE-África, prevista para 2014, assim como os debates em curso sobre uma agenda global para o Desenvolvimento pós-2015, quando termina a vigência dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio. JL



Camões, IP
Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa
TEL. 351+213 109 100
FAX. 351+213 143 987
www.instituto-camoes.pt
jlencarte@instituto-camoes.pt
COORDENADORA Ana Paula Laborinho
COORDENAÇÃO Margarida Duarte
COLABORAÇÃO Carlos Lobato